



REDE  
TEMPO  
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

## **Disputa eleitoral entre Miguel Arraes e João Cleofas: polarização política e corrupção na CPI do Ipês e do Ibad (1963)**

Luana Carolina dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Em outubro de 1962 acontecia no Brasil eleições gerais para o Legislativo em vinte e dois estados. Durante esta campanha eleitoral, dois novos atores se destacaram: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). A participação destes institutos se deu de tal maneira que em 1963 foi aberto uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investiga-los. O objetivo desta CPI era apurar se os investimentos em campanhas eleitorais desempenhados por estes institutos haviam sido corruptos ou não. Para este artigo por sua vez, a fonte CPI do Ipês e do Ibad (1963) foi evidenciada a partir do recorte da disputa eleitoral para governador de Pernambuco. Esta foi polarizada, principalmente, entre João Cleofas (1899-1987) e Miguel Arraes (1916-2005). Cumpru-se o objetivo, portanto, de esmiuçar a participação do Ipês e do Ibad no pleito eleitoral pernambucano em 1962 apresentada na fonte aqui em destaque, em diálogo com bibliografia especializada, a partir do arcabouço teórico de René Dreifuss (1981).

**Palavras-chave:** Eleições em Pernambuco (1962); Ipês; Ibad; Miguel Arraes; João Cleofas.

### **Electoral dispute between Miguel Arraes and João Cleofas: political polarization and corruption in the CPI of Ipês and Ibad (1963)**

**Abstract:** In 1962, October occurred the general elections for the Legislative in twenty-two Brazilian states. In that electoral dispute, two new actors stood out: the Institute for Research and Social Studies (Ipês) and the Brazilian Institute of Democratic Action (Ibad). The participation of these Institutes was bigger. For this reason, they were reported. So, in 1963 was open a Parliamentary Inquiry Commission to investigate the political action of Ipês/Ibad. That documentation in this article was highlighted about the electoral dispute to Pernambuco governor. In specifically, about the polarization between: João Cleofas (1889-1987) and Miguel Arraes (1916-2005). In order to present how Ipês and Ibad interfered in the Pernambuco elections (1962). In addition this article proposes the discussion with specialized bibliography and the theory of René Dreifuss (1981).

**Keywords:** 1962 Pernambuco Elections (1962); Ipês; Ibad; Miguel Arraes; João Cleofas.

### **Introdução**

A atual conjuntura de crise construída pela pandemia da Covid-19 desencadeou uma série de problemas políticos e econômicos no Brasil. A gestão da pandemia e a condução das medidas de contenção articuladas pelo governo federal brasileiro estão sob o escrutínio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujos desenlaces têm feito parte do debate público.

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

O clima de polarização política que se estende no país desde 2014, no qual direita e esquerda se entagonizam, afeta a opinião popular em torno das medidas tomadas pelo governo defendidas com veemência por uns, criticadas fortemente por outros. Novamente, a polarização política compromete o entendimento geral do que está em jogo. Não se trata, contudo, de um problema novo.

Desde meados de 1948 diferentes partes do globo começaram a ser influenciadas pela polarização política e ideológica motivada pela Guerra Fria. A disputa entre Estados Unidos e União Soviética por hegemonia global, se viu ainda mais acentuada nas décadas procedentes e apenas se encaminharia para o fim cinquenta anos depois, na década de 1980. No caso da América Latina, a disputa entre estadunidenses e soviéticos se viu ainda mais intensa após a Revolução Cubana em 1959. Tementes de outros movimentos populares e anticapitalistas, grupos anticomunistas intensificaram suas ações políticas, e passaram a receber capital e incentivo do Grande Irmão. No que tange ao Brasil, duas grandes organizações surgiram com este fim entre 1959 e 1961: a Ação Democrática Popular e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais<sup>II</sup>.

A partir de uma fachada apartidária e como defensores da liberdade, da família e dos princípios católicos, diversos empresários, políticos, intelectuais e militares se articularam por meio destes institutos. O Ibad, por sua vez, empreendia ações mais diretas, públicas e assertivas. Por exemplo, desenvolvendo ações de assistência social e saúde. Bem como, foi o responsável por organizar uma ampla rede de investimentos em campanhas eleitorais coerentes com sua linha ideológica. O que se dava a partir da Ação Democrática Parlamentar (Adep)<sup>III</sup>.

O Ipês, por outro lado, agia de modo oculto por meio de alianças não esclarecidas com outros grupos. Era principalmente um espaço em que intelectuais e empresários se reuniam para discutirem acerca da realidade brasileira. E quais ações deveriam ser desenvolvidas por eles – Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC). Desta forma, possuía diferentes Grupos de Trabalho, responsáveis, também pela disseminação de notícias em jornais parceiros – Grupo de Opinião Pública (GPU). Ou ainda o Grupo de Publicação/Editorial (GPE) que organizava quais livros seriam publicados, ou divulgados pelo instituto<sup>IV</sup>.

O objetivo dos materiais midiáticos, políticos e discursivos divulgados pelo Complexo Ipês/Ibad<sup>V</sup> era criticar o governo de João Goulart, políticas trabalhistas e os movimentos sociais. Bem como, propor medidas liberais, alinhadas ao interesse do capital multinacional e associado, em acréscimo a defesa do dito mundo livre proposto pelos EUA. As eleições de 1962, por tanto, foi uma oportunidade de investir em políticos alinhados ao anticomunismo. Que pudessem no Congresso, fazer frente às Reformas de Base proposta pelo governo Goulart, apoiada por políticos nacionalistas ou trabalhistas, como, Leonel Brizolla (1922-2004), Eloy Dutra (1916-1990) e Miguel Arraes (1916-2005). Porém, apesar da preocupação nacional em frear políticos alinhados ao governo federal, o foco de maior preocupação para os ipesianos/ibadianos era o Nordeste. Em concordância, era a região brasileira que mais causava o desassossego estadunidense<sup>VI</sup>.

No transcorrer deste artigo, portanto, se fará evidente como se deu a disputa entre Miguel Arraes (PST) e João Cleofas (UDN) para o governo de Pernambuco. Estes dois candidatos não foram escolhidos ao aleatório pela autora, mas sim, como representantes da polarização política que se encontrava o Brasil em tempos de Guerra Fria. Para tal, a fonte escolhida foi a CPI do Ipês e do Ibad (1963), entendida aqui como documento profundo para a compreensão do cenário eleitoral de 1962. Bem como, do clima político no Congresso

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

Nacional em 1963. Por isso, se fará destacado nesta pesquisa os depoimentos declarados por Arraes e Cleofas. Por fim, cumpre destacar que o aparato teórico deste estudo esteve amparado na obra de René Dreifuss (1981). Em adicional a autoras e autores que compreendem a importância do Ipês e do Ibad na articulação que engendrou o golpe de 1964. Bem como, pesquisas que demonstram a importância do Nordeste no contexto em debate.

### Eleições de 1962

Em 22 de agosto de 1962 foi promulgada a Lei nº 4.115<sup>VII</sup> pelo Presidente João Goulart instituindo as regras eleitorais para as próximas eleições gerais brasileiras que aconteceria no próximo dia 7 de outubro. Este regimento estabelecia que o processo eleitoral acontecesse em vinte e dois estados brasileiros. Com o fim de eleger deputados estaduais e federais, prefeitos, senadores e governadores de estado. As campanhas partidárias eram alicerçadas no Código Eleitoral de 1950. Este proibia os partidos de

“[...] receber direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de procedência estrangeira [...] sociedades de economia mista ou concessionárias de serviço público [e] auxílios ou contribuições cuja origem não seja mencionada<sup>VIII</sup>.”

Dois institutos foram denunciados, porém, de não atuarem conforme a disposição legal no que tangia ao seu programa de auxílio a campanhas políticas do referente pleito. Esta violação se viu acentuada em estados como Pernambuco. Em que, dois candidatos polarizavam projetos políticos antagônicos<sup>IX</sup>, no caso Miguel Arraes representante do Partido Social Trabalhista (PST) e João Cleofas da União Democrática Nacional (UDN). Propagandas exuberantes, embates diretos e denúncias de corrupção foram então protagonizadas por estes dois candidatos intermediados pelo Complexo Ipês/Ibad. É sobre este contexto e recorte temático que me debrucei neste artigo.

Para compreender o contexto eleitoral brasileiro de 1962 se faz necessário uma análise sobre questões externas referentes à Guerra Fria. Bem como, questões internas e especificamente localizadas em cada Estado. Por tanto, cumpre destacar que o Brasil estava no centro da linha de “fogo” ideológica entre os Estados Unidos e União Soviética. Esta polarização financiada por estes países, somada ao histórico anticomunista brasileiro já arraigado, fortaleceu ainda mais a atuação de entidades perseguidoras de quaisquer elementos que considerassem de “esquerda”<sup>X</sup>.

As tentativas de frear políticas trabalhistas e os movimentos sociais em expansão a partir de 1960 se deram já a partir da pretensa posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Goulart, por sua vez, teve seus poderes executivos limitados com a instauração do parlamentarismo. Em um primeiro exercício entre militares e políticos conservadores dispostos a se sobrepor a Constituição Brasileira para impedir a posse de Goulart.

Este exercício foi visto por companheiros de Goulart como um golpe aos princípios democráticos nacionais. De tal modo, que Leonel Brizolla, liderou uma rede nacional chamada “Campanha da Legalidade”. Por meio do apoio civil e de generais no Rio Grande do Sul formou uma barricada no Congresso. Decretou que uma Greve Geral fosse instaurada no Rio Grande do Sul – onde era governador na época – em caso do golpe não ser freado<sup>XI</sup>. Enquanto isso, empresários, militares e políticos da elite se articulavam para divulgar que o Brasil estava a vivenciar uma grande ameaça comunista que precisava ser cerceada. Como

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

medida de urgência, mesmo com divergências se conseguiu implementar o parlamentarismo e impedir plenos poderes à Goulart – eleito legitimamente como Vice-Presidente em 1959.

As eleições de 1962, portanto, foi uma oportunidade para o Complexo Ipês/Ibad, como partido da burguesia em eleger os candidatos condizentes com seus princípios ideológicos. Para tal, uma grande rede de auxílio financeiro e de propagandas foi desencadeada pelos escritórios locais e nacionais encabeçados pela Ação Democrática Popular (Adep) – braço do Ibad no Congresso Nacional. Desta forma, diversos candidatos bombardearam propagandas eleitorais em rádios, jornais e programas de televisão na época, com o apoio financeiro e midiático do Ipês/Ibad/Adep.

Estes investimentos em grande escala geraram críticas dos setores trabalhistas protagonizadas em um primeiro momento por Eloy Dutra (PTB), candidato ao governo da Guanabara no referente pleito. O candidato passou a questionar o Congresso acerca de ações corruptas de empresários nacionais e internacionais nas eleições de 1962. A denúncia foi efetivada na forma de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1963, quando todos os políticos eleitos haviam tomado suas devidas posses. Paulo de Tarso foi o responsável por dar início ao processo, em adicional a 450 assinaturas de outros congressistas.

Durante oito meses de investigação, ficou notório a participação do investimento ibadiano, por meio, principalmente da Adep em campanhas eleitorais em 1962. Os articuladores do capital multinacional e associado investiram quantidades maiores conforme considerassem os candidatos ligados ao trabalhismo mais importantes de serem combatidos. Por exemplo, era de extremo prejuízo para o projeto de frear a aprovação das Reformas de Base no Congresso, políticos como: Eloy Dutra, Leonel Brizolla e Miguel Arraes. Enquanto candidatos como Adhemar de Barros e João Cleofas eram promessas para concretizar a representação por vias legais dos interesses da burguesia nacional, ligada ao capital estadunidense.

As derrotas dos candidatos apoiados pelo capital multinacional e associado foram mais preponderantes que as vitórias dos políticos agregados. Em 1963, a bancada do PTB se fortaleceu. Os movimentos sociais se expandiram e integraram a luta por Reformas de Base. Eo regime presidencialista voltava a vigorar conferindo pleno poderes a João Goulart, após plesbicitó popular em 6 de janeiro de 1963.

O clima entraria em ebulição já nos primeiros anos de 1964. Como pode ser visto nas ruas, com a “Campanha pela Família, com Deus pela Liberdade”, com brandos reivindicando intervenção militar frente à ameaça vermelha que consideravam estar disseminada no Brasil. O Complexo Ipês/Ibad, por sua vez, articulando políticos, intelectuais, classe médias e militares construíram e apoiaram a tomada de poder concretizada em 1º de abril de 1964. Por fim, as eleições gerais de 1962 passavam a serem as últimas em vias democráticas antes do golpe. Exercício democrático, este, que só voltaria a acontecer vinte e sete anos depois.

### **Miguel Arraes *versus* João Cleofas**

Para refletir sobre como se deu o processo eleitoral em Pernambuco em 1962 será destacado nesta sessão questões internas do estado em destaque. Em diálogo com o cenário mais amplo, nacional e internacional. A realidade pernambucana, por sua vez, era marcada pelo protagonismo político de usineiros, grandes proprietários de terras e oligarcas regionais. A partir de 1960, porém, soma-se a história deste Estado, a participação das Ligas Camponesas. Agremiação que reunia diferentes trabalhadores e trabalhadoras da terra, na luta

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

por questões básicas a sobrevivências nos grandes engenhos<sup>XII</sup>. Por isso, considerada uma propensa ameaça comunista no Brasil. E combatida com grande violência pela elite.

No que tangia a partidos políticos, os processos eleitorais anteriores para governador de Pernambuco se dava por meio da disputa bipartidária. Por tanto, as alianças entre políticos diversos e por vezes, com discursos conflitantes são marcas do histórico partidário deste Estado. Por exemplo, em 1954 criou-se a Frente do Recife, formada pelo Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro. Em tese, está união se alicerçava principalmente na defesa nacionalista. Em 1958, porém, a Frente do Recife, se une com a União Democrática Nacional – partido nacionalmente conservador – no que chamaram de Oposições Unidas. Esta aliança lançou a candidatura de Cid Sampaio, usineiro e oligarca importante do Estado. Com a vice candidatura de Pelópidas Siqueira. Por fim, em 1962, a UDN se torna dissidente e abandona a Frente. Esta se expande e com a indicação de Miguel Arraes, outros nomes do grande capital estadual como o empresário José Ermirio de Moraes são associados. Além de diversos oligarcas e proprietários de terra<sup>XIII</sup>.

Miguel Arraes, portanto, quando visto pelos acordos e concessões deferidas em suas alianças para o governo do Estado e conforme sua trajetória política como prefeito de Recife não se mostrava um revolucionário. Inclusive, demonstrava que nem o pretendia ser. Seu discurso expressava compromisso com o povo, com o nacional-desenvolvimentismo e com acordos multivariados com o fim de progressos para o Estado. Porém, no contexto em que se encontrava, Arraes era visto como uma liderança comunista, alinhado ao governo federal e as Ligas Camponesas. Para o grande capital estadunidense e nacional, a vitória de Arraes seria um impedimento do confronto as Reformas de Base. Bem como, um obstáculo ao projeto modernizador idealizado para o Nordeste<sup>XIV</sup>. Principalmente no que tangia a Reforma Agrária em intensa disputa entre as Ligas Camponesas e dos grandes proprietários de terra.

Para fazer frente à Arraes e seus discursos de cunho populista e desenvolvimentista, o escolhido pela oposição da UDN foi João Cleofas. Este, já havia disputado eleições governamentais em 1950 e 1954. Em ambos os pleitos ficou em segundo lugar, chegando a uma diferença de apenas 3% do candidato vencedor, em 1950. Para a sua participação política em 1962, era sabido que uma campanha robusta deveria ser desenvolvida. Para tal, o próprio Cleofas requisitou ajuda financeira ao consulado estadunidense<sup>XV</sup>.

Mesmo, com materiais de campanhas e financiamentos vantajosos a figura de Cleofas não despertava vantagem frente à popularidade de seu adversário. Para infringir uma estratégia mais direcionada ao povo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática desenvolveu um importante papel. A partir de suas secretárias de assistência à saúde e alimentação, os ibadianos ofereciam remédios e consultas a população local e desprovida de acessos a estes meios. Em adicional, disseminavam propagandas contrárias à Arraes.

Jornais, televisões, rádios e palanques foram de muito uso para ambos os candidatos aqui em destaque. As propagandas políticas, porém, não se restringiam a promoção individual de cada partidário, mas, em suma na descredibilização do outro. A Igreja Católica, por exemplo, por meio de seus jornais paroquiais disseminavam a figura de Arraes como um adversário dos princípios católicos<sup>XVI</sup>. A grande mídia, por sua vez, em aliança com Cleofas promoviam acusações de que Arraes estava sendo subsidiado por países estrangeiros e socialistas, como Cuba.

Se faz visível por tanto, um cenário intenso e polarizado. Que não se limita a dualidade entre esquerda e direita, já que Arraes estava alicerçado por grupos de poder de longa data, como oligárquicas. Mas, que foi construído como o grande adversário do processodemocrático

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

liberal, ligado a moral e aos bons costumes religiosos representados na campanha de Cleofas. A intensidade e polarização percebida nesta disputa puderam ser vistas no resultado das eleições. Arraes saiu vencedor, porém, com uma diferença de apenas 2,3% dos votos.

### **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**

Durante o processo eleitoral decorrido em 1962, políticos em disputa como Eloy Dutra (PTB-Guanabara) denunciaram campanhas supostamente financiadas pelo Ibad. Estes boatos se deram de tal forma, que em 1963 já com os parlamentares eleitos e empossados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Ipês e o Ibad foi aberta. O objetivo, por tanto, foi buscar por meio da coleta de depoimentos e documentos a comprovação – ou não – das denúncias de investimentos ilegais nas eleições brasileiras por partes dos empresários ligados aos Institutos.

A CPI teve duas formações entre seu início em março de 1963 e seu desfecho em dezembro do mesmo ano. A primeira, contava com Peracchio Barcellos como presidente (UDN), Rubens Paiva como vice-presidente e Laerte Vieira como relator. Bem como, com os membros Eloy Dutra (PTB), José Aparecido (UDN), Arnaldo Rolemberg (Partido Democrático Cristão), Arnaldo Cerdeira (Partido Social Progressista), Régis Pacheco (PSD) e Aluísio Rocha (PSD).

No que tange a segunda formação, cumpre destacar, que ela se deu devido ao decreto presidencial nº 52.425/1963<sup>XVII</sup> que suspendia as atividades do Ibad e da Adep em todo o país, conforme lhes foram atribuídos como responsáveis por ações ilegais. Assunto, este causador de tumultos na Comissão principalmente motivados pelo confronto a João Goulart. A CPI, mesmo com votos contrários continuou suas investigações após tal ocorrido, e passou a ser presidida por Ulysses Guimarães (PSD), Bocayuva Cunha (PTB) como vice-presidente e Pedro Aleixo (UDN) como relator. Enquanto que, José Maria Alckimin (PSD), Getúlio Moura (UDN), Temperani Pereira (PTB), Adauto Cardoso (UDN), Bento Gonçalves (PSP), Franco Monteiro (PDC) ocupavam os cargos de membros participantes.

Miguel Arraes já durante o pleito eleitoral de 1962 denunciava a candidatura de seu principal oponente, João Cleofas, como financiada de modo irregular por organismos empresariais. Portanto, o mesmo se apresentou de modo espontâneo à CPI onde deu seu depoimento nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1963. Quando se apresentou à Comissão o governador de Pernambuco apresentou uma gama de 200 documentos que comprovavam suas denúncias contra a “mais dispendiosa máquina publicitária de que se tem notícia no Estado”.<sup>XVIII</sup>

Entre diversas notas fiscais de empresas de publicidade, havia também um contrato assinado por Oswaldo Peixoto de Oliveira, em que o candidato se comprometia a agir politicamente conforme os princípios ideológicos acordados com a Adep. Ou seja, sendo este um documento legítimo comprovava-se que a ajuda financeira desempenhada pela Adep, principal braço do Ibad no Congresso, se dava conforme alinhamento ideológico. Não é possível, todavia, comprovar se todos os políticos que foram apoiados pelos institutos aqui em análise, de fato assinaram documentações deste tipo. Principalmente, porque Arthur Oscar Junqueira, membro da diretoria do Ibad incinerou toda a documentação da mesma.<sup>XIX</sup> O que compromete ainda mais pesquisas sobre a participação do Ibad nas eleições.

Recortes de jornais também foram apresentados por Arraes. Os periódicos foram elencados, portanto, por Miguel Arraes para apontar como a mídia tradicional e católica

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

pernambucana instaurara um complô de demonização do mesmo. Em acréscimo, destaco reportagens que demonstravam a disseminação das denúncias ao Ibad, como uma do Jornal Última Hora, de 5 de setembro de 1962 intitulado “Ibad sufoca a imprensa para liquidar democracia no Brasil”.<sup>XX</sup>

Para atestar a volumosa campanha de João Cleofas, Miguel Arraes, também apresentou notas fiscais entre gráficas, rádios e outros estabelecimentos endereçados a seu oponente. Os valores altíssimos – segundo Arraes de 67 milhões de cruzeiros, apenas em publicidade – por tanto, demonstravam a grande máquina em que esteve apoiado Cleofas. O que requereu um dispendioso apoio e auxílio financeiro para se concretizar.

Durante seu depoimento propriamente dito, Miguel Arraes apresentou-se em tom emocionado. Segundo ele, devido ao desleal jogo político ocorrido em Pernambuco nas eleições de 1962. Já que, sua campanha eleitoral, contrariando o que seus inimigos políticos diziam jamais havia recebido financiamentos ilegítimos. Portanto, fora muito difícil desempenhar sua própria campanha em contrapartida a grande máquina protagonizada por Cleofas. Principalmente, porque os meios de comunicação da época encontravam-se alinhados a seu adversário, disseminando mentiras e impedindo que Arraes tivesse espaço de resposta. Segundo o governador de Pernambuco, o dinheiro tinha muita influência no processo eleitoral brasileiro, e que Comissões por aquelas eram essenciais para mapear se estes não advinham de organismos internacionais. Ou, de empresários nacionais que de modo corrupto tentavam corromper a democracia no país.<sup>XXI</sup>

O depoimento de João Cleofas também foi requerido pela CPI do Ipês e do Ibad. Porém, quando o mesmo prestaria seu depoimento, a Comissão encontrava-se em discussão sobre sua continuação ou não – após a intervenção presidencial. Por isso, os esclarecimentos prestados por Cleofas se deu por carta. Nesta declaração o adversário de Arraes, confirmou que sua campanha havia sido auxiliada por investidores ligados a Adep. Mas, diferente do que estavam o acusando, tais investimentos haviam sido legítimos. Por outro lado, segundo João Cleofas, o governador de Pernambuco só saiu vitorioso daquela disputa acirrada em 1962 por ter recebido apoio de industriais e empresários magnatas. Acusações de corrupto e de caráter pouco confiável foram direcionadas à Arraes.<sup>XXII</sup>

Para finalizar as investigações da CPI, o relator Pedro Aleixo tornou público seu parecer final em dezembro de 1963. Neste, Aleixo ponderou às acusações de Miguel Arraes, que confirmou ter o Ibad a estrutura de um Estado. E capital para investimentos irregulares, correspondente. Já que, segundo Arraes, apenas em Pernambuco fora investido pela Adep 300 milhões de cruzeiros em campanhas eleitorais.<sup>XXIII</sup> Porém, o posicionamento adotado pelo relator foi de que mesmo com investimentos volumosos, quem havia ganhado as eleições em Pernambuco, foi Miguel Arraes. Por isso, tais investimentos não tiveram reverberações tão alarmantes no processo eleitoral correspondente.

Por fim, a CPI do Ipês e do Ibad, declarou que o Ibad agindo conjuntamente com a Adep haviam investido de modo ilegítimo em campanhas eleitorais. Esta irregularidade se deu, pois, o Ibad não comprovou a origem do seu capital. E não propriamente por terem financiado políticos. O Ipês por outro lado foi absolvido, pois segundo o relator o órgão estava a cumprir seu estatuto, atuando com responsabilidade cívica e educacional.

A Comissão elencou, portanto, três providências que deveriam ser desenvolvidas. A primeira delas, dizia sobre a importância da elaboração de projetos de leis e fiscalização em processos eleitorais com o fim de enfrentar a corrupção eleitoral. Outra medida foi encarregar aos órgãos competentes em investigar depoentes que foram acusados de faltarem com a

## DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

verdade ou de omitirem a mesma durante suas participações na CPI. Em acréscimo, os documentos sobre os lucros e gastos da S.A Incrementadora Promotion<sup>XXIV</sup> deveriam ser analisados de modo detalhado. Para que se fosse apurado quais eram as fontes do capital do Ibad/Adep, já que a CPI não chegou a respostas concretas sobre.

### Considerações Finais

A década de 1960 foi marcada por intensas mudanças na política nacional brasileira sentida no cotidiano de sua população. Esta década que se iniciou com um presidente democraticamente eleito e sem vínculos partidários<sup>XXV</sup>, se finalizou com um governo militar e repressivo. Portanto, se faz importante debruçar sobre como esse processo se deu. Conforme alocalização teórica aqui utilizada, o golpe civil militar de 1964 não foi aleatório ou uma surpresa. Pelo contrário, foi articulado à longo prazo, por empresários multinacionais e associados, políticos conservadores, intelectuais e militares. Que unindo forças promoveram filmes, livros, programas de televisão e rádios, além de diferentes eventos para alarmarem a população sobre um pressuposto risco de comunismo no país.

Em um contexto de Guerra Fria, a polarização política foi um comportamento generalizado em grande parte do globo. As eleições de 1962, por sua vez, foi um dos palcos para políticos anticomunistas fervorosos e aliados ao desenvolvimentismo nacionalista se digladiarem. Este pleito eleitoral, também foi visto por parte do Complexo Ipês/Ibad como uma oportunidade de frear as Reformas de Base, no Congresso Nacional. A participação na estrutura do Estado, em si, por meio de vias democráticas, porém, não geraram resultados tão satisfatórios para grupos como o Ibad. Já que, os candidatos mais ameaçadores aos interesses da elite nacional e internacional ganharam as eleições. Como exemplo, cumpre destacar Eloy Dutra (PTB), que foi reeleito deputado federal da Guanabara. Leonel Brizolla (PTB) eleito deputado federal no mesmo estado. E Miguel Arraes (PST) eleito governador de Pernambuco<sup>XXVI</sup>.

Em 1964, meses após a CPI haver sido finalizada intensificaram-se as articulações para o golpe. Milhares de pessoas da classe alta e média brasileiras foram guiadas a irem para as ruas pedirem intervenção militar. Pedidos inflamados de reestabelecimento da ordem nacional, do fim do governo de Jango e seus aliados ressoaram pelas ruas de estados como São Paulo e Rio de Janeiro<sup>XXVII</sup>. No dia 1º de abril de 1964 o Brasil foi tomado pelas Forças Armadas, e apenas voltaria a ter esboços de eleições democráticas a partir de 1985.

Por isso, se fazem tão importantes mais estudos sobre as eleições de 1962. Com o fim de compreender o comportamento dos políticos em disputa, de seus partidos e, principalmente dos eleitores da época. Outra abordagem que o estudo deste processo eleitoral permite, são as consequências experimentadas pelo Brasil em resultado à Guerra Fria. Já que, anticomunismo e financiamentos estadunidenses foram protagonistas. Porém, poucos estudos minuciosos e sistemáticos sobre este processo se ressaltam atualmente na historiografia.

Para além das eleições de 1962, compreender a atuação de organismos como o Ibad, o Ipês e a Adep são importantes para mapear como estes interferiram e articularam a corrosão do processo democrático nacional. Instando e inflamando o medo do comunismo no Brasil. Bem como, defendendo um projeto modernizador<sup>XXVIII</sup> de benefícios apenas para o capital nacional e externo, como um bem comum para nação<sup>XXIX</sup>. Estas leituras de articulação em vias de classe foram aqui utilizadas e consideradas coerentes no entendimento de que o Brasil se encontrava em uma crise de hegemonia<sup>XXX</sup>. E que, portanto, grupos empresariais por

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

diferentes vias procuraram instaurar projetos hegemônicos, por meio da coerção e do consenso.

Por fim, este artigo está alinhado com uma leitura que enfatiza o protagonismo do Nordeste para o entendimento do golpe civil-militar de 1964. Ou seja, objetivou-se com essa análise focalizando a disputa entre Miguel Arraes e João Cleofas destacar os esforços empreendidos pelo Ibad e pela Adep em Pernambuco. Já que, o Nordeste devido seu contexto interno marcado por uma realidade agrária, por uma desigualdade acentuada e outros fatores eram vistos como propícios a revoluções – tal qual Cuba. Estas preocupações eram compartilhadas tanto pela elite nacional, como pelos Estados Unidos. Seja por meio de órgãos do governo como embaixadas e a CIA<sup>xxxI</sup>. Seja por meio de empresários e grandes multinacionais.

Era importante ter o Nordeste devidamente controlado e mantido o mais longe possível de políticas progressistas que pudessem se alinhar com os movimentos sociais da época. Principalmente, pois, eram os estados nordestinos protagonistas na luta pela terra e direitos básicos de camponeses, por meio das Ligas Camponesas. Miguel Arraes, portanto, mesmo não sendo radical, ou tendo um histórico revolucionário era tido como uma ameaça. Mesmo tendo se alinhado a grandes empresários nordestinos e oligarcas, sua campanha foi ampla o suficiente para ter recebido apoio do Partido Comunista Brasileiro.

A disputa entre Miguel Arraes e João Cleofas permitiu também visualizar o acirramento da disputa ideológica em que se encontrava o Brasil. Esta polarização nos próximos dois anos se acentuaria ainda mais. A leitura ampla da fonte da CPI do Ipês e do Ibad (1963) permitiu perceber como o Congresso em 1963 estava tomado por estas posições inflamadas. Bem como, entender como os membros do Ibad e do Ipês compreendiam a realidade brasileira naquele momento. Ou seja, além da extensão em páginas deste documento – 4.697 páginas –, sua análise é profícua à reflexão da história política brasileira.

Análises como estas carecem de maiores estudos, para melhor compreendermos casos de corrupção como este empreendido pelo Ibad e correlatos. Que financiaram 600 candidatos a deputados estaduais, 250 a deputados federais e 8 candidatos a governador.<sup>xxxII</sup> Bem como, sobre a articulação nacional e internacional na corrosão da democracia no país, executada em 1964. E por fim, remontam a importância política de estados nordestinos na disputa por hegemonia nacional. Ressaltando principalmente a participação de políticos, intelectuais, empresários e militares para empreenderem seu projeto de classe, primeiramente por vias democráticas, que fracassadas em parte, foram ultrapassadas pela efetivação das armas.

## Notas

<sup>I</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo-UEM).

<sup>II</sup> DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** 1981. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

<sup>III</sup> A Adep foi o principal organismo de articulação e coalizão entre os parlamentares representantes do Ibad no Congresso Nacional. Segundo o depoimento de Hécio França para a CPI, “[...] A Adep via-se transformada, como outros órgãos, num satélite do Ibad” (CPI do Ipês e do Ibad, vol. 2, p. 259).

<sup>IV</sup> SPHOR, 2016.

<sup>V</sup> O Complexo Ipês/Ibad é um conceito apresentado por René Dreifuss (1981) aqui escolhido conforme alinhamento teórico na compreensão de que a atuação do Ipês e do Ibad era articulada. De modo que, juntos representavam o partido da burguesia. Ou seja, conforme leitura gramsciana, o Complexo Ipês/Ibad eram a expressão política que integrava os interesses de classe do capital multinacional associado. Por isso, mesmo

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

possuindo ações diferentes ambos promoviam a reestruturação do Estado por meio do consenso.

<sup>VI</sup> (CARVALHO, 2020).

<sup>VII</sup> BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.115, de 22 de agosto de 1962**. Brasília: 1962. Disponível em: <[<sup>VIII</sup> BRASIL. Código Eleitoral. Presidência da República, Rio de Janeiro: 1950.](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Leis/1950-1969/L4115.htm#:~:text=LEI%20No%204.115%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Introduz%20altera%20a%20Lei%20n%C2%BA,Ressalvado%20o%20disposto%20no%20art.></a>>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>IX</sup> Cumpre destacar o debate proposto por Roberto Ramos Santos no texto “A política de alianças em Pernambuco: confronto ideológico? (1958-1962)” (1996). Neste, o autor propõe uma reflexão apurada ao questionar os limites na percepção de que Arraes e Cleofas representavam projetos políticos polarizados. Visto que, a campanha do primeiro esteve alicerçada em grupos ligados ao grande empresariado. A leitura é uma oportunidade para perceber as relações complexas entre a superficial categorização entre esquerda e direita, mesmo que em certos possa ser acometido de críticas.

<sup>X</sup> (MOTTA, 2000).

<sup>XI</sup> (FERREIRA, 1997).

<sup>XII</sup> (MONTENEGRO, 2008).

<sup>XIII</sup> (SANTOS, 1996).

<sup>XIV</sup> (CARVALHO, 2020).

<sup>XV</sup> IDEM.

<sup>XVI</sup> COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil**. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316 p.

<sup>XVII</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 52.425, de 31 de Agosto de 1963 - Publicação Original. Brasília: 1963. Acesso em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52425-31-agosto-1963-392576-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>XVIII</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 06, 1963, p. 15. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XIX</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 06, 1963. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XX</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 08, 1963. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XXI</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 13, 1963. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XXII</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 10, 1963. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XXIII</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 16, 1963. Acesso em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>> 4.697 p.

<sup>XXIV</sup> A S. A. Incrementadora Promotion, foi criada em 1951 por Ivan Hasslocher, Hélio Rezende e outros cinco empresários com o número de ações reduzidas (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 11, 1963), A Promotion funcionava como uma empresa de publicidade fantasma, já que não possuía registro na Associação Brasileira de Propaganda (ABP) e financiava os programas em televisões e rádios para indivíduos ligados à Adep e ao Ibad. (OLIVEIRA,

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

op. cit., p. 68). Esta empresa era uma espécie de guarda-chuva para a elite orgânica ligada ao capital multinacional-associado, já que direcionava investimentos bem como, articulava as atividades do Ipês/Ibad/Adep.

<sup>XXV</sup> Jânio Quadros, presidente brasileiro eleito em 1959, seu governo teve a duração de apenas seis meses quando o mesmo renunciou.

<sup>XXVI</sup> Abrindo mão de grandioso capital para políticos alinhados aos princípios anticomunistas, aos bons costumes católicos, ao capital aberto e contrários à Goulart e seus aliados, um dos líderes do Ibad – Ivan Hasslocher – destacou que a sua tarefa de erradicar o comunismo no Brasil não foi realizada com o sucesso esperado Pernambuco (CPI do Ipês e do Ibad – vol. 11, 1963).

<sup>XXVII</sup> (PRESOT, 2004)

<sup>XXVIII</sup> Que em suma, foram executados nos primeiros anos do regime militar. Para saber mais: BORTONE, Elaine de Almeida. A participação do Instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação (de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2013. 143 p.

<sup>XXIX</sup> (DREIFFUSS, 1981).

<sup>XXX</sup> (SPHOR, 2010).

<sup>XXXI</sup> (LARA, 2019).

<sup>XXXII</sup> BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Ipês e do Ibad**. Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara (PE). Vol. 16, 1963, p. 261. Acesso em: < <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> > 4.697 p.

### Referências bibliográficas

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. v. 5. Recife: Secretária da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2016. 316 p.

DREIFFUS, René Armand. **1964 A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **Ibad sigla da corrupção**. Editora Civilização Brasileira S. A.: Rio de Janeiro: 1963.

FERREIRA, Jorge. A legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. IN: **Revista Tempo**, vol. 2, nº 3, p. 149-182. Rio de Janeiro: 1997.

GOMES, Hamilton de Carvalho Junior. As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira. IN: **Revista Fronteira**, vol. 14, nº 27 e 28, p. 32-52. Belo Horizonte: 2015.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010. 225 p.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2018. 204p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. IN: SAECULUM – **Revista de História**, n. 18, jan/jun. p. 11-31. João Pessoa: 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado) – em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

DISPUTA ELEITORAL ENTRE MIGUEL ARRAES E JOÃO CLEOFAS: POLARIZAÇÃO  
POLÍTICA E CORRUPÇÃO NA CPI DO IPÊS E DO IBAD (1963)

SANTOS, L. C.

---

MUNHOZ, Sidnei Júnior. **Guerra Fria: História e Historiografia**. Appris: Curitiba, 2020.

NINA, Carlos Homero Vieira. “A Comissão Parlamentar de Inquérito nas constituições brasileiras”. IN: **Revista de informação legislativa**, v. 42, n. 166, p. 367-374, abr./jun. 2005, 04/2005. Distrito Federal: 2005.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **Terra seca, Guerra Fria**: as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2020. 323 p.

OLIVEIRA, Raphael Alberti Nóbrega de. **O “caso José Nogueira”**: silenciamentos e autoritarismo no pré-1964 e na redemocratização. 2018. 129f. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: 2018. 129 p.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2004. 150 p.

RIBEIRO, Guilherme Leite. **Uma estranha no ninho**: a Ação Democrática popular nas eleições de 1962 no Brasil. IN: XIX Encontro de História da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: 2020.

SANTOS, Roberto Ramos. A política de alianças em Pernambuco: Confronto ideológico? (1958/1962). IN: **Revista Textos & Debates**, nº 3, p. 55-73. Universidade Federal Roraima. Boa Vista: 1997.

SILVA, João C. F. **Assaltos ao Parlamento**: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. 2007. 55 f. Monografia (Especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Brasília, 2007.